

PELA VIDA DAS MULHERES

VIDA
das
MULHERES
IMPORTAM



O eixo da resposta foi o Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio, firmado em fevereiro e detalhado nos últimos dias com anúncios do governo, ações do Ministério das Mulheres, mobilização do Conselhão, pronunciamento de Lula e atos pelo país.

focus
BRASIL

» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Brenno Almeida

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



CAPA

Atos do 8 de Março levam às ruas denúncia contra feminicídio e luta pela jornada 6×1. **pág. 04**

8 de Março marca nova agenda nacional de combate ao feminicídio em 2026

pág. 06

Lula sanciona lei que reforça proteção a vítimas de estupro menores de 14 anos

pág. 08

Mutirão cumprirá mil mandados de prisão contra agressores de mulheres

pág. 10

Lula: “Acabar com a escala 6×1 é uma pauta da mulher brasileira”

pág. 12

Lula convoca país a enfrentar feminicídio em pronunciamento nacional

pág. 13

BRASIL

Ambulantes trabalham mais e ganham menos que a média da população em São Paulo, aponta estudo

pág. 14

QualificaPro: a nova plataforma de cursos gratuitos lançada pelo Governo

pág. 16

Dificuldade para acessar o gov.br? Entenda por que o aplicativo é rigoroso com a segurança do usuário

pág. 17

ENTREVISTA

Patrícia Pelatieri - Reforma trabalhista: o que há em comum nos modelos da Argentina e Brasil?

pág. 18

POLÍTICA

CPMI do INSS entra na reta final sob risco de encerrar sem prorrogação e com sessões esvaziadas

pág. 22

Centro de Memória da FPA reúne vasto material sobre a relação das mulheres com o PT

pág. 24

CULTURA

Pablo Martins cria arte com materiais reciclados inspiradas na vida das periferias

pág. 25

INTERNACIONAL

Das raízes do nacionalismo ao enfrentamento global no Século XXI

pág. 27



Atos do 8 de Março levam às ruas denúncia contra feminicídio e luta pela jornada 6×1

Mobilizações ocorreram em dezenas de cidades brasileiras e reuniram movimentos feministas, sindicatos e militantes em defesa da vida das mulheres, contra o feminicídio e por mudanças nas condições de trabalho

Redação Focus Brasil

O 8 de Março voltou a ocupar as ruas do país com protestos, marchas e atos públicos que denunciaram a violência contra mulheres e cobraram respostas do Estado. Em

capitais e cidades do interior, organizações feministas, sindicatos e movimentos populares mobilizaram milhares de pessoas em manifestações que combinaram denúncia do feminicídio com defesa de direitos sociais.

A pauta da violência esteve no centro das manifestações. O Brasil registrou 1.463 feminicídios em 2023, segundo dados do Fórum

Brasileiro de Segurança Pública, o maior número desde que o crime passou a ser contabilizado. Em 2024, o problema seguiu presente nas estatísticas e nos noticiários, reforçando a percepção de que a violência contra mulheres permanece como uma crise estrutural no país.

Nas ruas, cartazes e faixas lembravam vítimas recentes e denun-



ciavam a repetição dos crimes. Em várias cidades, coletivos feministas organizaram momentos de homenagem às mulheres assassinadas por parceiros ou ex-companheiros, reforçando a palavra de ordem que se tornou símbolo do movimento: “Nenhuma a menos”.

Mobilizações em capitais e cidades do interior

Manifestações ocorreram em diversas capitais, entre elas São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Belém, além de mobilizações em cidades médias e universidades. Em muitos lugares, os atos combinaram marchas, atividades culturais e debates públicos.

Na Avenida Paulista, em São Paulo, a mobilização reuniu movimentos feministas, sindicatos e militantes de diferentes organizações políticas. A secretária na-

cional de Mulheres do PT, Mazé Moraes, afirmou que o 8 de Março segue sendo um dia de denúncia e de mobilização social.

“Ser mulher nesse país ainda é viver com medo”, afirmou durante o ato.

No Rio de Janeiro, manifestações também lembraram a importância de políticas públicas para enfrentar a violência de gênero. A deputada federal Benedita da Silva destacou que o combate ao feminicídio exige presença do Estado e mobilização permanente da sociedade.

Violência, trabalho e desigualdade

Além da denúncia da violência, os atos também trouxeram para o centro do debate as condições de trabalho das mulheres. Em várias cidades, cartazes e discursos defenderam o fim da escala 6x1, modelo de jornada semanal con-

siderado exaustivo por movimentos sindicais e organizações feministas.

A crítica é que a sobrecarga de trabalho atinge especialmente as mulheres, que acumulam emprego, cuidados domésticos e responsabilidades familiares. Nas manifestações, participantes defenderam mudanças na organização do trabalho e políticas públicas que garantam mais tempo, renda e qualidade de vida.

As mobilizações também abordaram temas como igualdade salarial, combate ao assédio e enfrentamento à violência política de gênero. Ao ocupar as ruas no 8 de Março, movimentos feministas e organizações sociais reforçaram que a luta contra o feminicídio não se limita à punição dos agressores, mas passa por mudanças estruturais nas condições de vida das mulheres.

Com informações da Agência Brasil e do Ministério das Mulheres



8 de Março marca nova agenda nacional de combate ao feminicídio em 2026

No 8 de Março, governo federal articula pacto entre os Três Poderes, amplia rede de proteção, anuncia novas medidas de segurança e mobiliza movimentos sociais e instituições para enfrentar o feminicídio e a violência contra mulheres no país

Redação Focus Brasil

O 8 de Março de 2026 ganhou peso político no Palácio do Planalto. Em vez de uma agenda apenas simbólica, o governo federal transformou a semana em um eixo de mobilização institucional e social contra a violência de gênero.

O centro dessa agenda foi o Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio, firmado em fevereiro e detalhado ao longo dos últimos dias com anúncios do governo, ações do Ministério das Mulheres, mo-

bilização do Conselho, pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manifestações realizadas em todo o país.

A iniciativa busca articular Executivo, Judiciário, Legislativo e sociedade civil para fortalecer o enfrentamento à violência contra mulheres. O plano estabelece ações para ampliar a rede de proteção, melhorar a investigação dos crimes e acelerar a responsabilização dos agressores.

Plano nacional articula ações contra o feminicídio

Durante o seminário “Brasil pela Vida das Meninas e Mulhe-

res”, realizado no Palácio do Planalto, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, apresentou as primeiras ações prioritárias do pacto. O plano prevê a integração de políticas públicas voltadas à prevenção da violência, à proteção das vítimas e à responsabilização dos agressores.

Entre as medidas anunciadas estão protocolos nacionais para registro e investigação de feminicídios, ampliação da rede de atendimento e reforço das políticas de acolhimento às vítimas de violência.

Também estão previstas novas unidades da Casa da Mulher Brasileira e centros de referência espe-



cializados. Segundo o Ministério das Mulheres, serão inauguradas em março as Casas da Mulher Brasileira de Macapá e Aracaju, com previsão de novas unidades em Vila Velha e Foz do Iguaçu ao longo do ano.

Segurança pública e proteção às vítimas

O plano federal inclui medidas voltadas à segurança pública e ao monitoramento de agressores. Entre elas estão o rastreamento eletrônico de autores de violência contra mulheres com medida protetiva, mutirões para cumprimento de mandados de prisão e a criação do Centro Integrado Mulher Segura, que deve concentrar dados e monitoramento de casos de violência.

Outra iniciativa anunciada é a implantação de 52 Salas Lilás itinerantes, estruturas voltadas ao acolhimento de mulheres vítimas de violência em diferentes regiões do país.

O Ministério das Mulheres também vinculou o enfrentamento à violência a políticas estruturais de autonomia econômica e cuidado. A agenda do Março das Mulheres inclui a criação de novas cuidotecas em institutos federais e o lançamento do programa Asas para o Futuro, voltado à qualificação profissional de jovens mulheres.

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, afirmou que a igualdade de gênero é uma condição para o desenvolvimento do país.

“Quem cuida das mulheres, quem assegura a liberdade e a igualdade de gênero, sem dúvida cuida da sociedade e projeta o país do futuro que precisamos”, afirmou.

Mobilização política e mudança cultural

A primeira-dama Janja Lula da Silva destacou que o pacto busca reorganizar a resposta institucional diante do crescimento dos ca-

sos de feminicídio e da violência contra mulheres.

Segundo ela, o enfrentamento exige não apenas políticas públicas, mas também mudança cultural e combate à disseminação de discursos de ódio.

No campo político, lideranças do PT também associaram a mobilização do 8 de Março à necessidade de ampliar a rede de proteção e garantir políticas públicas permanentes. A secretária nacional de Mulheres do partido, Mazé Moraes, afirmou que a violência contra mulheres continua sendo uma realidade cotidiana no país.

A deputada federal Benedita da Silva também destacou que o combate ao feminicídio exige presença do Estado e mobilização social permanente.

A estratégia combina ações emergenciais e iniciativas estruturais para enfrentar um problema que permanece como uma das expressões mais graves da violência de gênero no país.



Protestos de 8 de Março em Belo Horizonte

Lula sanciona lei que reforça proteção a vítimas de estupro menores de 14 anos

Norma, publicada em edição extra do Diário Oficial da União neste domingo (8), estabelece que a vulnerabilidade não pode ser relativizada; em operação histórica, agentes de segurança prendem mais de 5 mil suspeitos de crimes contra a mulher nas últimas semanas

Redação Focus Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 15.353, que altera o Código Penal para reforçar a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima no crime de estupro de vulnerável. A norma, publicada em edição extra do Diário Oficial da União neste domingo, 8 de março, reforça que a vulnerabilidade não pode ser relativizada, ou seja, não pode ser reduzida ou questionada com base em circunstâncias do caso.

A lei modifica o artigo 217-A do

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer expressamente que a presunção de vulnerabilidade da vítima é absoluta. O texto também estabelece que as penas previstas no dispositivo se aplicam independentemente de consentimento da vítima, de sua experiência sexual, do fato de ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime ou da ocorrência de gravidez resultante da prática do crime.

Pela legislação brasileira, são considerados vulneráveis, para fins de tipificação do crime de estupro de vulnerável, os menores de 14 anos e as pessoas que, por enfermidade, deficiência mental

ou qualquer outra causa, não possuem discernimento ou não podem oferecer resistência.

A proposta surgiu após decisões judiciais que teriam mitigado a vulnerabilidade com base em circunstâncias como relacionamento prévio ou gravidez. O objetivo da Lei é evitar interpretações que relativizem a condição da vítima com base nesses fatores, que não têm impacto na responsabilização penal.

Segurança Jurídica

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 indicam elevados índices de violência sexual contra crianças, especial-



mente na faixa etária de 10 a 13 anos. O texto sancionado busca assegurar uma redação legal clara e inequívoca para fortalecer a proteção da dignidade sexual de crianças e pessoas incapazes, impedindo interpretações que reduzam a proteção às vítimas.

A nova lei não cria um novo tipo penal nem altera as penas já previstas na legislação, mas consolida o entendimento de que a proteção às vítimas deve prevalecer de forma absoluta nesses casos, reforçando a segurança jurídica e a efetividade no combate à violência sexual infantil.

Operação histórica

Uma mobilização nacional das forças de segurança resultou na prisão de 5.238 pessoas suspeitas de crimes relacionados à violência contra mulheres e meninas nas últimas semanas. As detenções ocorreram durante duas ações coordenadas pelo Governo

do Brasil: a Operação Mulher Segura, realizada em parceria com as Secretarias de Segurança Pública dos estados, e a Operação Alerta Lilás, conduzida pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Na Operação Mulher Segura, realizada entre 19 de fevereiro e 5 de março, foram registradas 4.936 prisões, sendo 3.199 em flagrante e 1.737 em cumprimento de mandados de prisão e prisões por descumprimento de MPU, segundo dados consolidados pelas Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Paralelamente, a Operação Alerta Lilás, realizada pela PRF entre 9 de fevereiro e 5 de março, resultou em 302 ocorrências em todo o território nacional, envolvendo flagrantes de crimes de violência contra a mulher e cumprimentos de mandados de prisão. Os números e o detalhamento das operações foram divulgados nesta sexta-feira, 6 de março, em coleti-

va de imprensa no Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, na sede da Polícia Rodoviária Federal.

As duas iniciativas fazem parte das ações do Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio, que articula Executivo, Legislativo e Judiciário para ampliar a prevenção da violência, fortalecer a proteção às vítimas e garantir a responsabilização de agressores.

Milhares de agentes

Coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), a Operação Mulher Segura contou com a participação das forças de segurança de 26 unidades da Federação, com exceção do Paraná, que já realizava operação semelhante no mesmo período.

Durante 15 dias, a operação mobilizou 38.564 agentes de segurança, com apoio de 14.796 viaturas, em 2.050 municípios brasileiros. Foram realizadas 42.339 diligências, com 18.002 medidas protetivas de urgência acompanhadas e 24.337 vítimas atendidas.

No campo da prevenção, foram promovidas 1.802 campanhas de conscientização, que alcançaram 2,2 milhões de pessoas, reforçando ações educativas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero.

Para ampliar a capacidade operacional dos estados, o Ministério da Justiça destinou cerca de R\$ 2,6 milhões para pagamento de diárias de policiais, ampliando o efetivo empregado nas ações.

A operação integra o Projeto VIPS – Vulnerabilizados Institucionalmente Protegidos e Seguros, iniciativa estratégica voltada à proteção de grupos vulnerabilizados.

Com informações da Agência Brasil



Mutirão cumprirá mil mandados de prisão contra agressores de mulheres

Ação faz parte do Plano de Trabalho para enfrentamento ao feminicídio, apresentado pelo Pacto Brasil entre os Três Poderes

Redação Focus Brasil

Apoucos dias do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, o Comitê do Pacto Brasil entre os Três Poderes apresentou nesta quarta-feira (4) um plano de trabalho para o enfrentamento ao feminicídio no país. Um dos destaques é a realização de um mutirão nacional para o cumprimento de cerca de mil mandados de prisão contra agressores, que seguem soltos em todo o país. Mutirão cumprirá mil mandados de prisão contra agressores de

mulheres. Mutirão cumprirá mil mandados de prisão contra agressores de mulheres. O mutirão será coordenado nacionalmente pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em articulação com forças de segurança estaduais.

As medidas foram anunciadas durante o seminário Brasil pela Vida das Meninas e Mulheres, realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, e pelo Ministério das Mulheres, no Palácio do Planalto. O evento contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de autoridades do governo federal, como as ministras Márcia Lopes

(Mulheres) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), além de representantes de outros órgãos de Estado e da sociedade civil.

Entre os presentes, esteve a ativista brasileira Maria da Penha Maia Fernandes, que após duas tentativas de feminicídio lutou para que seu agressor viesse a ser condenado. A farmacêutica dá nome ao principal mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher do Brasil: a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006).

“De caráter dinâmico e sujeito a atualizações permanentes, o plano tem como foco prioritário três desafios: celeridade nas medidas protetivas de urgência e res-



ponsabilização dos agressores; fortalecimento da rede de acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência; e mudança cultural para um país de segurança e paz para as mulheres”, informou o governo, em nota para detalhas as ações.

Instituído há cerca de um mês, o Pacto Nacional – Brasil contra o Feminicídio é uma iniciativa coordenada e permanente entre os Três Poderes com o objetivo de prevenir a violência contra meninas e mulheres no Brasil. O acordo reconhece que a violência contra mulheres no país figura como uma crise estrutural que não pode ser enfrentada por ações isoladas.

Rastreamento eletrônico – Além da realização de operações para o cumprimento de mandados de prisão, o pacto anunciou a adoção de um sistema de rastreamento eletrônico para agressores cujas vítimas estão com medida protetiva e a criação do Centro Integrado Mulher Segura, que irá centralizar dados e monitoramento.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), será realizado um diagnóstico sobre as medidas protetivas de urgência. Pelo

Ministério das Mulheres, serão implementados protocolos para registro e investigação do feminicídio e atendimento às meninas e mulheres vítimas de violência e fornecimento de 52 unidades móveis das chamadas Salas Lilás Itinerantes, que funcionam como espaço de acolhimento e atendimento a mulheres em situação de violência.

Também foi anunciada a abertura de novas unidades da Casa da Mulher Brasileira (CMB), sendo duas ainda em março e outras duas no segundo semestre. Ao menos seis Centros de Referência da Mulher Brasileira (CRMBS) também serão inaugurados ao longo do ano, segundo informou o governo.

Pelo Ministério da Saúde, a previsão é de realização de 4,7 milhões de atendimentos psicológicos para a saúde mental de mulheres em situação de violência, ao longo do ano.

Delegacias especializadas – O Comitê do Pacto Brasil entre os Três Poderes anunciou uma reunião com os secretários estaduais de Segurança Pública para alinhamento sobre o atendimento às mulheres em situação de violên-

cia, com foco no fortalecimento das delegacias especializadas de atendimento às mulheres e implementação de salas reservadas, ambas com funcionamento 24 horas, bem como a qualificação dos agentes de segurança no tema.

Outras medidas incluem a disseminação de uma campanha de conscientização dos homens, articulada entre os Poderes, e o envio à Organização Mundial de Saúde (OMS) de pedido para criação do Código Internacional de Doenças (CID) com a classificação de feminicídio, a serem incluído nos atestados de óbito das vítimas. O objetivo é melhorar a vigilância, prevenção e dados sobre a causa de morte das mulheres.

Também foi anunciada a ampliação da divulgação do “ZAP Delas”, canal de escuta, acolhimento e orientação disponíveis para mulheres em cargos públicos, candidatas, servidoras e demais vítimas de violência política de gênero.

Ligue 180 – Em caso de violência contra a mulher, ligue gratuitamente 180.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 oferece orientação, acolhimento e encaminhamento de denúncias. O atendimento também pode ser realizado pelo **WhatsApp, no número (61) 99610-0180**.

O serviço público e sigiloso funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive nos feriados e pode ser usado por mulheres em situação de violência ou qualquer pessoa que queira denunciar uma situação de violência contra a mulher.

A central também informa sobre direitos, garantias e serviços especializados.

Em casos de emergência, deve ser acionada a Polícia Militar do estado, por meio do telefone 190.



Lula: “Acabar com a escala 6×1 é uma pauta da mulher brasileira”

Em pronunciamento sobre Dia Internacional da Mulher, Lula diz que quando uma mulher é violentada, é o Brasil que sangra, promete operações contra agressores e pede redução da jornada

Redação Focus Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu, em pronunciamento nacional em rede de rádio e televisão, que os homens do país façam uma reflexão sobre a forma como tratam as mulheres. “Como o nosso país trata as mulheres? E mais que isso. Como nós, homens brasileiros, tratamos as mulheres?” Além de enfatizar as ações para punir agressores de mulheres, Lula também enfatizou que a desigualdade salarial de gênero persiste, que as trabalhadoras enfrentam duplas jornadas e que é preciso acabar com a escala 6×1. “Essa é uma pauta da mulher brasileira”, afirmou.

A realidade de mortes de mulheres no Brasil, afirmou Lula, é dura e precisa ser encarada: a cada

seis horas, uma mulher é morta por um homem no país. “Quando uma mulher é violentada, é o Brasil que sangra. E nós não aceitaremos mais sangrar em silêncio. Todos juntos por elas.” O presidente reiterou que a maioria esmagadora das agressões acontecem no ambiente doméstico, que deveria ser de proteção. “Que futuro será possível para nós se seguirmos sendo um dos países mais violentos com as mulheres? E mais: que futuro o nosso país deve construir para as mulheres?”

Lula, que desde o ano passado se envolveu diretamente na luta contra o feminicídio e liderou o Pacto Nacional que envolve os Três Poderes para tentar deter os crimes em todo o país, lembrou as ações e políticas públicas já em curso e prometeu um mutirão contra a impunidade.

“Na última sexta-feira, anunciamos um conjunto de ações a serem implantadas de imediato.

Para começar, um mutirão do Ministério da Justiça, em parceria com os governos dos estados, para prender mais de 2 mil agressores de mulheres que não podem e não vão continuar em liberdade. E estou avisando: outras operações virão.”

O presidente, em todos os seus últimos discursos, tem destacado que a violência contra a mulher é um problema dos homens e de toda a sociedade brasileira, e avisa que o Estado vai sim interferir, ou seja, “vai meter a colher”, contrariando o velho ditado de que em briga de casal ninguém interfere. “A regra é clara: quem agride mulher não pode andar por aí como se nada tivesse acontecido. Estamos também ampliando a rede de unidades dos Centros de Referência e das Casas da Mulher Brasileira, que oferecem serviços especializados para as vítimas de violência doméstica e seus filhos.”

Fim da jornada 6×1

Além de enfatizar as ações do Governo do Brasil para coibir as violências, Lula também abordou a desigualdade entre homens e mulheres, que persiste. “Aprovamos a lei que garante o mesmo salário entre mulheres e homens quando exercem a mesma função, mas precisamos fazer mais. Pois, para as mulheres, todo dia é um dia de luta. Desde a hora que acordam para trabalhar até a hora em que encerram o dia de trabalho, que, muitas vezes, é uma dupla jornada, no emprego e em casa.

“Aprovamos a lei que garante o mesmo salário entre mulheres e homens quando exercem a mesma função, mas precisamos fazer mais. Pois, para as mulheres, todo dia é um dia de luta. Desde a hora que acordam para trabalhar até a hora em que encerram o dia de trabalho, que, muitas vezes, é uma dupla jornada, no emprego e em

casa. Por isso, é preciso avançar no fim da escala 6x1, que obriga a pessoa a trabalhar seis dias por semana e ter um só dia de folga. Está na hora de acabar com isso, pois significará mais tempo com a família, mais tempo para estudar, descansar e viver.”

Tigrinho, destruidor de lares

Lula também abordou o vício em apostas online, que atinge sobretudo os homens, mas afeta diretamente as mulheres em seus lares. “Embora a maioria dos viciados sejam homens, a conta recai sobre as mulheres. É o dinheiro da comida, do aluguel, da escola das crianças que desaparece na tela do celular. Os cassinos são proibidos no Brasil. Não faz sentido permitir que os Jogos do Tigrinho entrem nas casas, endividando as famílias pelo celular. Vamos trabalhar unindo o Governo, o Congresso e o Judiciário para que esses cassinos digitais não continuem endividando famílias e destruindo lares”, disse.

Outro problema digital também foi abordado pelo presidente: a segurança de mulheres e meninas no ambiente digital. “O discurso de ódio nas redes violenta, difama, incentiva a agressão contra as mulheres e meninas e afasta lideranças femininas da vida pública. Na próxima semana, entra em vigor o Estatuto Digital das Crianças e Adolescentes, o ECA Digital, que amplia a proteção de meninas e meninos na internet”, lembrou.

Lula disse, ainda, que em março o Governo do Brasil vai “anunciar novas medidas para ampliar a segurança de mulheres e meninas e combater o assédio on-line”. “O Brasil que queremos não é um país onde as mulheres apenas sobrevivam. É um país onde elas possam viver em segurança, com liberdade para se divertir, trabalhar, empreender e prosperar.”

Com informações da Rede PT de Notícias

Lula convoca país a enfrentar feminicídio em pronunciamento nacional

Em rede nacional de rádio e televisão, presidente associa pacto contra o feminicídio a uma agenda mais ampla de proteção às mulheres, igualdade no trabalho e responsabilização de agressores

Redação Focus Brasil

Na véspera do Dia Internacional da Mulher, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva levou o debate sobre o feminicídio à cadeia nacional de rádio e televisão. Em um pronunciamento transmitido para todo o país, Lula destacou a gravidade da violência de gênero no Brasil e afirmou que o enfrentamento a esses crimes exige mobilização do Estado e da sociedade.

Logo no início da fala, o presidente citou um dos dados mais alarmantes da realidade brasileira: no país, uma mulher é assassinada a cada seis horas. Para Lula, esse quadro não pode ser naturalizado.

“O Brasil não pode aceitar que tantas mulheres continuem perdendo a vida simplesmente por serem mulheres”, afirmou.

“Violência contra a mulher é crime”

No pronunciamento, Lula reforçou que a violência doméstica e o feminicídio não podem ser tratados como problemas privados. Segundo ele, a sociedade precisa romper com a ideia de que esse tipo de agressão pertence apenas ao espaço doméstico.

“Violência contra a mulher não é questão privada onde ninguém mete a colher. É crime. E vamos, sim, meter a colher”, declarou.

O presidente relacionou o pronunciamento ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento ao Feminicídio, articulado pelo governo federal em conjunto com outros poderes e instituições. Segundo Lula, a iniciativa busca fortalecer a rede de proteção às mulheres e melhorar a capacidade do Estado de prevenir e punir esse tipo de crime.

Entre as medidas anunciadas estão o fortalecimento das delegacias especializadas, a ampliação das Casas da Mulher Brasileira e a implementação de mecanismos de monitoramento eletrônico de agressores em casos de violência doméstica.

Proteção, igualdade e presença do Estado

O presidente também conectou o combate à violência de gênero a outras agendas estruturais. No discurso, citou políticas voltadas à igualdade salarial entre homens e mulheres e à ampliação da proteção social.

Segundo Lula, o enfrentamento ao feminicídio não depende apenas de medidas de segurança, mas também de políticas públicas que garantam autonomia econômica, acesso a serviços e proteção institucional às mulheres.

Ao transformar o pronunciamento do 8 de Março em um chamado à mobilização nacional, o presidente buscou reforçar a ideia de que a luta contra a violência de gênero exige compromisso permanente do Estado e da sociedade.



Ambulantes trabalham mais horas que a média da população ocupada de São Paulo, mas recebem pouco mais da metade da renda mensal, segundo pesquisa do Dieese

Ambulantes trabalham mais e ganham menos que a média da população em São Paulo, aponta estudo

Pesquisa que mapeou 12.671 ambulantes na cidade de São Paulo identificou que 31% deles são imigrantes e 56% trabalham sem permissão do poder público

Rose Silva

O Mapeamento das Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes de São Paulo, lançado em 6 de março pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), estimou a presença de 12.337 bancas de vendas e 12.671 ambulantes na cidade de São Paulo.

Os homens representam quase dois terços da categoria (63%), enquanto as mulheres correspondem a 37%. Mais da metade dos trabalhadores é preta ou parda (53%). Os brancos correspondem a 34% e os indígenas a 10%, sendo que quase 90% deles imigrantes sul-americanos, em especial bolivianos.

A pesquisa concentrou-se em vendedores que trabalham em pontos fixos. As entrevistas com os trabalhadores foram realiza-

das entre julho e agosto de 2025 em 70 das 244 áreas da cidade que reúnem grande número de ambulantes: estações de metrô, trens e terminais de ônibus, centros comerciais, hospitais, unidades do Poupatempo, parques, locais onde ficam as bancas autorizadas pelo poder público, universidades e polos de compras.

Os dados coletados indicam que, para uma parte expressiva da categoria, essa não é uma atividade transitória, mas uma ocupação



de médio e longo prazo.

Cerca de metade exerce a atividade há menos de cinco anos e, para 26%, esse período é inferior a dois anos. Outros 20% trabalham no comércio de rua entre seis e dez anos e 28% estão nas ruas há 11 anos ou mais, sendo que 15% exercem a atividade há mais de 21 anos.

Jornadas extensas e renda menor que a média

Os ambulantes que não têm permissão para trabalhar e se arriscam diariamente a ter suas mercadorias apreendidas representam 56% da categoria, e quase metade deles (46%) está na atividade há mais de seis anos.

As jornadas de trabalho da categoria são mais extensas do que as do restante da população ocupada do município. Do total de ocupados, cerca de 74% trabalham até 44 horas por semana, limite previsto na legislação, enquanto 27% ultrapassam essa marca.

Entre os ambulantes, 56% permanecem dentro desse limite, mas quase 30% trabalham mais de 51 horas por semana.

Em contraponto, a remuneração média desses trabalhadores é de R\$ 3 mil, o que representa pouco mais da metade do que recebem os demais ocupados, cuja

média é de R\$ 5.323,04.

Violência e discriminação nas ruas

A violência é um dos principais problemas enfrentados por quem trabalha no comércio de rua. Entre os entrevistados, 24% declararam ter sofrido ao menos um dos seguintes tipos de agressão: confisco de mercadorias pelo “rapa” ou pela polícia, extorsão por parte de policiais ou fiscais da prefeitura e violência física ou verbal.

A discriminação também aparece com frequência. 31% declararam já ter passado por esse tipo de situação e, entre eles, 81% atribuem o ocorrido ao fato de serem ambulantes. O racismo atingiu 14% dos negros, a misoginia 13% das mulheres e a xenofobia 25% dos imigrantes.

Debate político sobre a regularização

A deputada federal Juliana Cardoso (PT-SP), presente no lançamento da pesquisa, falou sobre a violência sofrida pelos trabalhadores ambulantes de São Paulo em ações protagonizadas pela polícia e pelas subprefeituras.

“Não é uma lógica inteligente, pois, em vez de ter recursos investidos para melhorar a zeladoria dos espaços de trabalho e dialo-

gar com esses trabalhadores que cuidam, inclusive, para diminuir a incidência de assaltos, investem tudo para espancar esses trabalhadores e retirar suas mercadorias”, criticou.

A vereadora Luana Alves (Psol-SP) destacou que a cidade de São Paulo vive uma conjuntura de retrocesso no marco da regularização e uma piora na situação de violência policial contra os ambulantes, tanto por parte da Polícia Militar quanto da Guarda Civil Metropolitana.

“Essa é uma tendência geral, não só no Brasil ou em São Paulo, que tem a ver com as políticas globais. Porque existe uma extrema direita em ascensão que disputa a mentalidade dos policiais e os leva a ver o ambulante — principalmente se for uma pessoa migrante, africana, negra ou nordestina — como um inimigo, não como trabalhador”, afirmou.

Para ela, a falta de regularização não é um acidente, mas um projeto que vem ao longo de muitas gestões se perpetuando.

“O que acontece é que a gente não tem dados mesmo, porque não existe uma base concreta que mostre quem são esses ambulantes, se são homens, mulheres, onde estão e em que situação. Por isso o mapeamento será uma ajuda muito importante, fundamental”, afirmou.



QualificaPro: a nova plataforma de cursos gratuitos lançada pelo Governo

Além da oferta de cursos, a ferramenta oferece ao trabalhador uma visão completa sobre emprego e salário em diferentes áreas e regiões brasileiras

Redação Focus Brasil

Os brasileiros e brasileiras ganharam uma nova opção para se qualificarem e darem o próximo passo na carreira: o QualificaPro. A ferramenta, lançada nesta terça-feira (3/3) pelo Governo do Brasil, ajuda a encontrar cursos gratuitos direto na Carteira de Trabalho Digital, beneficiando mais de 80 milhões

de usuários que já possuem o aplicativo instalado em seus dispositivos móveis.

O lançamento aconteceu durante a II Conferência Nacional do Trabalho, em São Paulo, evento que busca estabelecer diretrizes para a promoção do trabalho decente no país. “Quero que vocês se apropriem dela, que trabalhem, que divulguem, que nos ajudem para ela chegar em cada trabalhador e trabalhadora do nosso país, em cada jovem que precisa melhorar a sua qualifi-

cação, que precisa atualizar-se, porque nós precisamos de mão de obra cada vez mais qualificada”, afirmou o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, durante o evento.

Ao contrário de buscadores comuns, o QualificaPro mostra também como está o mercado de trabalho para cada curso. A partir de dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, são fornecidas informações sobre emprego e salário em diferentes áreas e regiões brasileiras. Isso faz com que o trabalhador avalie a melhor escolha de curso antes de investir tempo em um novo aprendizado.

O QualificaPro é de uso livre e gratuito. São mais de 1.500 cursos remotos e mais de 29 mil cursos presenciais oferecidos por 49 instituições, como Institutos Federais, SEBRAE, SEST SENAT e redes estaduais.

Saiba como acessar:

- Faça o login no aplicativo Carteira Digital de Trabalho através da sua conta GOV.BR;
- Localize o banner da ferramenta QualificaPro;
- Ao clicar na ferramenta, é possível filtrar os cursos por região e/ou área de atuação;
- Caso tenha identificado um curso de interesse, clique em “Detalhes” para acessar as informações da qualificação e do mercado de trabalho;
- Para realizar a matrícula, clique na opção “Para mais detalhes, acesse o site oficial” para ser redirecionado para o site da instituição.
- A plataforma também pode ser acessada diretamente pelo site, sem necessidade de criar conta para buscar cursos. Lembre-se de filtrar as opções de acordo com a sua região para facilitar a busca.

Acesse a plataforma e saiba mais.



Dificuldade para acessar o gov.br? Entenda por que o aplicativo é rigoroso com a segurança do usuário

Plataforma do governo reúne mais de 4,5 mil serviços públicos digitais e utiliza múltiplas camadas de proteção para resguardar os dados de cerca de 174 milhões de brasileiros

Henrique Nunes

Criado em 2019, o serviço digital gov.br tornou-se, nos últimos anos, uma das principais portas de entrada para serviços públicos no Brasil. A plataforma reúne hoje milhares de funcionalidades digitais e concentra informações da administração pública federal em um único ambiente.

O crescimento do uso é significativo. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a média mensal de acessos únicos chegou a 15 milhões em 2025, um aumento de 68% em relação a 2022 e de 41% na comparação com 2024.

Entre os serviços mais uti-

lizados pelos brasileiros está a assinatura digital, que permite formalizar contratos à distância com validade jurídica. Apenas em 2025, foram registradas 140 milhões de assinaturas feitas pela plataforma.

Também estão entre os serviços mais acessados Meu INSS, Meu SUS Digital, Enem, Fies, Carteira de Trabalho Digital e Carteira Digital de Trânsito. O sistema permite ainda pesquisar serviços de acordo com o perfil do usuário, como estudante, agricultor, turista, empreendedor ou trabalhador.

Hoje, o gov.br reúne mais de 4,5 mil serviços públicos digitais. Pelo aplicativo é possível realizar prova de vida, consultar a Carteira de Trabalho, acessar o Meu SUS Digital, utilizar o Celular Seguro, gerenciar dados pessoais e acessar serviços da Receita Federal.

Nova ferramenta de qualificação profissional

Além dos serviços já conhecidos, o governo tem ampliado as funcionalidades da plataforma. Uma das novidades é o Qualifica-Pro, ferramenta que ajuda trabalhadores a encontrar cursos gratuitos diretamente pela Carteira de Trabalho Digital.

Lançada pelo Governo Federal, a funcionalidade beneficia mais de 80 milhões de usuários que já possuem o aplicativo instalado em seus dispositivos móveis.

O anúncio foi feito durante a II Conferência Nacional do Trabalho, realizada em São Paulo, evento que discutiu diretrizes para a promoção do trabalho decente no país.

“Quero que vocês se apropriem dela, que trabalhem, que divulguem, que nos ajudem para ela chegar em cada trabalhador e trabalhadora do nosso país, em cada jovem que precisa melhorar a sua qualificação, que precisa atualizar-se, porque nós precisamos de mão de obra cada vez mais qualificada”, afirmou o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Por que o acesso ao aplicativo pode parecer difícil

Nos últimos meses, circularam nas redes sociais diversas publicações, muitas em forma de memes, que ironizam a dificuldade enfrentada por alguns usuários para acessar o aplicativo ou recuperar a senha.

Segundo o Governo Federal, porém, o rigor do sistema tem uma razão clara: proteger os dados pessoais dos cidadãos.

Com múltiplas camadas de segurança, a plataforma foi desenhada para impedir acessos indevidos. Isso significa que etapas como verificação facial, autenticação adicional e confirmação de identidade são necessárias para evitar fraudes e o uso indevido das contas.

Reforma trabalhista: o que há em comum nos modelos da Argentina e Brasil?

A diretora técnica do Dieese, Patrícia Pelatieri, falou sobre as semelhanças do avanço da direita contra os trabalhadores nos dois países

Claudia Rocha

Em meio a greves e protestos, a Argentina aprovou no final do mês passado uma polêmica reforma trabalhista. O pacote inclui medidas como: a retirada das férias e do 13º salário das indenizações de rescisão, aumento da jornada para até 12 horas diárias, a possibilidade de pagamento em moeda estrangeira, restrição no direito à greve, aumento do período de experiência para até 12 meses, entre outras.

No Brasil, em 2017, a reforma trabalhista promovida pelo governo de Michel Temer é considerada um desastre do ponto de vista da proteção aos trabalhadores. Como justificativa, o governo, que foi instalado a partir do golpe sofrido por Dilma Rousseff, anunciou a criação de milhões de novos postos, o que não foi concretizado, segundo dados do

IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O número de desempregados no ano da reforma era de 12 milhões e subiu para 14 milhões em apenas dois anos.

Com o aumento do quadro de informalidade no país, a redução do desemprego e a criação de vagas no mercado formal só ocorreu a partir de 2023, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente, o Brasil tem 6 milhões de desempregados, uma taxa de 5%, o recorde histórico de baixa do índice.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, foram realizadas mais tentativas de aprovação do desmonte, tendo como destaque a criação da Carteira Verde Amarela, uma modalidade com menos proteção. Na semana passada, em entrevista à Folha de S. Paulo, o coordenador de campanha do pré-candidato Flávio Bolsonaro, Rogério Marinho, anunciou que há pretensão em revisar as

reformas da previdência e trabalhista.

Em comum, as reformas brasileira e argentina tiveram como alvo a menor proteção aos trabalhadores. No cenário do Brasil, surgem ainda o contexto da luta pelo fim da escala 6x1 e o avanço do julgamento do Tema 1389 no Supremo Tribunal Federal, que vai definir o futuro das ações trabalhistas que envolvem trabalhadores contratados no modelo de Pessoa Jurídica, conhecido como pejetização.

A diretora técnica adjunta do Dieese, o Departamento de Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Patrícia Pelatieri falou sobre as semelhanças dos projetos, o que está em risco e os desafios na defesa dos trabalhadores. Confira:

- Com a recente aprovação da reforma trabalhista na Argentina, qual é o cenário que foi de-



senhado no país? E como você avalia o que aconteceu por lá em perspectiva ao que já passamos com a reforma trabalhista que foi feita aqui no Brasil?

- Então, a reforma proposta pelo Milei, na verdade, segue a mesma lógica das reformas que aconteceram em diversos países no mundo, e no Brasil em 2017, então, digamos assim, que a direita vai se aprimorando, né? E essas reformas vão sendo cada vez mais cruéis. No caso da Argentina, tem alguns elementos diferentes do que foi no Brasil, que são ainda mais cruéis para os trabalhadores de uma maneira geral.

O ataque acabou sendo menos severo, vamos dizer assim, sobre os sindicatos, porque no caso da Argentina, a contribuição sindical não foi totalmente extinta, diferente do Brasil, que passou de um imposto sindical para a extinção completa de qualquer tipo de financiamento. Do ponto de vista dos trabalhadores, a reforma argentina foi bastante cruel com a ampliação da jornada diária, de oito para 12 horas, um retrocesso gigantesco, extremamente prejudicial para a saúde, além de eliminar o pagamento das horas extras.

Sem falar na exclusão do décimo terceiro e férias no cálculo para a rescisão, então, efetivamente são medidas que prejudicam quem está na ponta.

Em outros aspectos, a reforma na Argentina tem elementos muito parecidos com a reforma implementada no Brasil. A inversão da proteção legislativa sobre a parte mais frágil da relação capital-trabalho, já que, para equilibrar as forças, a legislação deve proteger o mais fraco, que é o trabalhador.

Tanto no Brasil, no governo Temer, quanto, agora na Argentina, houve essa inversão da lógica, e as justificativas também são parecidas. Então, em 2017, aqui, os parlamentares que votaram a favor da reforma justificaram que era para combater o desemprego, para aumentar a produtividade, melhorar as negociações coletivas, atrair investimentos; a mesma coisa que foi falada por Milei. Porém, há um estudo da OIT [Organização Internacional do Trabalho] que diz que essas medidas não cumpriam com os objetivos, e nós já alertamos sobre isso, sobre a precarização colocada, além de elementos prejudiciais à economia.

Outro elemento que se colocava era que seriam reduzidos os litígios trabalhistas, mas isso não ocorreu, pelo contrário, houve um impacto muito maior, aumentaram os processos nos quais trabalhadores pleiteiam o reconhecimento do vínculo empregatício. A reforma trabalhista no Brasil flexibilizou muito os contratos de trabalho e com isso veio a terceirização de forma irrestrita, o que fez com que o mercado de trabalho brasileiro ficasse muito precarizado. Por exemplo, em 2024, foram 285 mil processos de reconhecimento de vínculo empregatício, um aumento de mais de 50% em relação a 2023. E a perspectiva é seguir com aumento.

E isso tem muito a ver com a chamada pejetização legalizada, com uma substituição do assalariamento formal pelos trabalhadores “conta própria”, que o empresariado chama de empreendedores, muitos deles sem o CNPJ regular em relação ao pagamento dos encargos, sem contar a condição de subordinação de jornadas de trabalho. Então, isso nada mais é do que um mascaramento, de fato, do assalariamento formal, né? Isso prejudica o traba-

lhador, que fica sem proteção, e também o sistema da Previdência Social, que deixa de arrecadar. A reversão do quadro de informalidade só veio ocorrer a partir de 2023, com a volta do governo Lula, na abertura de postos de trabalho formal.

- Durante as votações no parlamento argentino, observamos um movimento de resistência dos trabalhadores, com chamados de greve e manifestações. Apesar disso, sabemos que a proposta de reforma veio a partir de um governo eleito, justamente com essa plataforma. Como você avalia esse contexto?

- Independentemente de ser um governo eleito, não estava explícito a forma como seria feita, o programa não foi amplamente debatido. A população, muitas vezes, chega ao pleito eleitoral sem saber exatamente como as coisas vão acontecer, como isso vai afetar a vida das pessoas no cotidiano. Então, eu não tenho dúvida que continuará havendo resistência e que, inclusive, a tendência é que seja acentuada à medida que o impacto será sentido na vida real. Apesar de ter sido a partir de um programa que foi eleito, não vejo diferenças com o que ocorreu no Brasil, e acredito que a resistência deve ser ampliada.

- Gostaria de aprofundar o ponto sobre os sindicatos. Você comentou sobre o enfraquecimento do movimento por conta do financiamento. Pode detalhar um pouco o quadro do sindicalismo brasileiro após a reforma?

- Então, o movimento sindical foi severamente impactado ali logo após a reforma. Tanto que a gente observou, em 2018, uma queda muito intensa no número das negociações coletivas. A reforma incentivou as negociações diretas, do empregador com o empregado, sem passar pela pro-

teção dos sindicatos. E os sindicatos se viram ali em um primeiro momento muito perdidos. Eram muitas frentes a serem combatidas ao mesmo tempo.

Tínhamos uma grande precarização do mercado de trabalho enquanto foram cortadas as contribuições do financiamento sindical, e dificultadas até mesmo as contribuições que eram aprovadas em assembleia, os governos passaram a recusar o desconto em folha dos servidores públicos, mas, às vezes, as próprias situações criam suas contradições e suas respostas. Acredito que o movimento sindical começou a se movimentar no sentido de tentar achar soluções para continuar a representação de suas categorias. No período da pandemia, por exemplo, observamos os sindicatos se reencontrando com suas bases.

Pelo menos, a parcela do movimento que organizou laços de solidariedade e conseguiu negociações para proteger seus trabalhadores naquele momento crítico. Ainda estão em disputa questões como a ampliação da sindicalização e a taxa negocial paga pela categoria a partir das negociações, já que, independente da sindicalização, as conquistas são usufruídas por todos. Acredito que o movimento sindical está se reconstruindo nessa caminhada, apesar dos desafios de estrutura, da comunicação com os trabalhadores e da questão das redes sociais.

- Temos hoje uma questão central que é a discussão sobre a jornada de trabalho. No Brasil, a luta contra o fim da escala 6x1 é encampada pelo governo. No México, foi aprovada a redução gradual da jornada, que já é uma realidade em países da Europa. Como esse debate está localizado, essa é uma tendência?

- A disputa pelo tempo do tra-

balhador é uma disputa dentro do sistema capitalista. É o que está na essência da relação capital-trabalho, daquilo que é a representação máxima sobre o que é ser trabalhador, já que o capital busca explorar ao máximo o trabalho e tirar o máximo de lucro disso. Ter longas jornadas, todo o tempo dedicado ao trabalho, significa uma disputa pela vida. Isso está muito aflorado agora, esses extremos, porque de um lado temos um retrocesso com a volta de jornadas de 12 horas diárias, o que ocorre nos casos também do trabalho intermitente, em que você precisa ficar à disposição do empregador sem garantias de receber alguma coisa. Vemos esse extremo enquanto, por outro lado, há a tendência de vários países seguirem reduzindo a jornada de trabalho. Inclusive, há estudos que apontam que isso aumenta a produtividade e reduz o adoecimento.

Os países que reduziram a jornada ganharam produtividade e isso é bom para o sistema capitalista. Então, essa disputa está colocada.

No México, a redução será gradual até 2030. A preocupação que fica é no sentido da redução da jornada não implicar no aumento das horas extras, porque daí não cumpriria o papel na melhoria da qualidade de vida. Sabemos que com, em média, três horas de deslocamento, o horário de almoço, é muito tempo fora de casa. Tudo isso está em disputa e o trabalhador não faz hora extra porque gosta, mas sim como estratégia de ampliação de renda, principalmente, em países com baixos salários, como é o caso do Brasil, que tem uma média salarial de 2,5 salários mínimos, o que é insuficiente para o sustento do trabalhador e de sua família. Então, tudo isso precisa ser levado em consideração.

A ideia é que a jornada mexicana seja de 40 horas. O Chile também já aprovou essa jornada.



No Brasil, a luta pela redução da jornada é histórica. E agora com a discussão da mudança de escala é importante que isso ocorra sem redução de salários porque já existe uma parcela muito grande de trabalhadores que precisam dos programas de transferência de renda para se alimentarem, para manter algum nível de dignidade na vida.

- Existe um tema forte nas redes sociais que acabou alvo de memes, que é a CLT [Consolidação das Leis Trabalhistas]. Os mais jovens, principalmente, acabaram perdendo o interesse no trabalho formal. Você comentou sobre a ampliação dos postos formais, mas os baixos salários continuam sendo uma questão, né? Como você avalia essa movimentação, inclusive, com profissões que antes pertenciam ao trabalho formal e hoje são PJs [Pessoa Jurídica]?

- Na verdade, a situação não chega a ser uma escolha. Os trabalhadores, os profissionais liberais, com qualificação, foram empurrados e ninguém perguntou nada. Simplesmente, os empregados

resolveram que só contrariam em formato PJ, apesar da relação de subordinação, das tarefas e horários envolvidos, ou seja, uma relação de assalariamento ao invés de uma relação comercial. Quando você contrata uma empresa, você não deveria ter uma relação trabalhista, mas sim uma relação entre duas pessoas jurídicas.

Mas quando o trabalhador precisa cumprir as mesmas tarefas em uma relação de assalariamento isso é uma fraude. Só que, com a reforma trabalhista, isso deixou de ser fraude, isso foi legalizado. Quando vemos um contrato PJ, essa empresa contratada não possui outros funcionários e também não tem outros clientes, então acaba que é um assalariamento disfarçado com todos os custos transferidos para o trabalhador, que não tem 13º salário, nem direito a ter férias, arca com seu próprio equipamento de trabalho, não possui nenhuma proteção, tudo o que já foi conquistado como direito ele deixa de ter, com todos os riscos envolvidos.

Muitos desses trabalhos são de trabalhadores que chamamos de

elementares, como pedreiros, cabeleireiras, auxiliares. E por conta disso temos muita dificuldade de chamar de empreendedores, são trabalhadores por conta própria, na verdade. Aí muitos dizem “eles preferem assim”, só que no trabalho formal, as jornadas são muito longas e intensas, existem normalmente uma relação de hierarquia pouco respeitosa e tudo isso com baixos salários. Então essa conta é feita, por exemplo, por mulheres, que necessitam ter uma maior flexibilidade porque acumulam os trabalhos de cuidados. Inclusive, a gente faz um acompanhamento anual com trabalhadores de nível superior que estão inseridos em ocupações de nível básico no assalariamento formal.

- E com relação ao julgamento da pejetização no STF...

- Olha, a gente compôs um grupo com estudiosos de outras instituições para assessorar o movimento social nesse debate. E, de fato, a avaliação é que um assunto muito complicado, lamentavelmente, nós fomos derrotados na reforma, né?

Acho que foi uma derrota muito significativa, mas também a gente avalia que a luta não está totalmente perdida, porque já são diversos estudos no mundo que mostram que, para a própria economia essa ampliação da pejetização não é salutar, não é boa. Então, então nós estamos desenvolvendo diversos estudos, não só no DIEESE, mas várias universidades, instituições, tentando subsidiar um debate mais amplo, sabe? Embora a gente esteja em um lugar mais complicado, que é de ter sido derrotado, o que dificulta e deixa mais complicado do que se não tivesse passado a reforma. Como não sabemos como os juízes vão se posicionar, a luta segue em curso.



CPMI do INSS entra na reta final sob risco de encerrar sem prorrogação e com sessões esvaziadas

Ainda sem aval para prorrogar o prazo, comissão entra em fase decisiva entre depoimentos esvaziados, pressão por convocação de bancos e disputa sobre conexões político-religiosas

Fernanda Otero

Sem confirmação de prorrogação e já operando contra o relógio, a CPMI do INSS caminha para o desfecho, em meio a reuniões esvaziadas e à disputa política crescente. Testemunhas cancelaram depoimentos e, com a pauta travada, a oposição aproveitou as brechas para transformar parte das sessões em palanque, sem conseguir sustentar, até aqui, a tese de conivência do atual governo com os desvios.

Conforme o cronograma vigen-

te, caso não haja aval para prazo estendido, o relatório final deverá ser apresentado em 23 de março, com a votação prevista para o dia 26. Instalado para apurar fraudes em descontos não autorizados sobre benefícios e em empréstimos consignados, o colegiado se aproxima do fim após duas reuniões inconclusivas e uma sequência de suspensões do comparecimento de convocados, o que reduziu a capacidade de avançar com novos depoimentos e novas frentes de investigação.

Ainda assim, o que se consolidou desde o início dos trabalhos, em agosto, foi o retrato de uma

rede de desvios ampla e organizada, que incorporou ao vocabulário político expressões como “Golden Boys” e “Bolsomaster”. Na leitura de parlamentares da base governista, o foco passou a recair não só sobre as entidades associativas que atuaram nos descontos, mas também sobre a engrenagem financeira que, segundo alegam, teria se beneficiado da fragilidade de controle sobre os descontos em aposentadorias e pensões.

Desde fevereiro, a comissão passou a dar mais ênfase aos consignados, cujo rombo, segundo os documentos, pode ser ainda maior do que o dos descontos



associativos. Nas palavras do relator, isso ocorreria porque “não tem quem fiscalize”, o que exigiria regras mais claras para o sistema financeiro. Em depoimento, o presidente do INSS, Gilberto Waller, listou medidas adotadas pelo instituto para apertar as normas e as rotinas de controle, como a exigência de biometria e a restrição ao desbloqueio de benefícios para consignados no aplicativo do INSS.

A lista de bancos com reclamações sobre esses empréstimos inclui C6 Consignado, PicPay, Santander, Crefisa, BMG, Agibank, Daycoval, PAN, Master e Facta. Em reunião realizada na segunda-feira (9), ao menos dois presidentes dessas instituições deixaram de comparecer para depor, enquanto outros teriam sido “blindados” na votação de requerimentos.

Vazamento de informações

Durante a reunião, marcada por discursos da oposição em defesa dos suspeitos, o relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar,

fez uma longa apresentação, tentando explicar o recente vazamento de dados sigilosos à imprensa.

Apoiado pelo presidente da CPMI, senador Carlos Viana, Gaspar negou que o colegiado tenha sido a fonte de vazamentos envolvendo conversas do banqueiro Daniel Vorcaro e disse considerar injusta a acusação, afirmando que a comissão recebeu apenas uma fração mínima do material enviado à Polícia Federal (1 GB, diante de mais de 400 GB) e que a CPMI nem sequer dispunha dos conteúdos divulgados. Ele criticou o que chamou de “material irrelevante para a investigação”.

Já o presidente Carlos Viana ressaltou que outros órgãos e advogados também têm acesso aos dados e prometeu providências caso seja comprovado vazamento interno.

Igrejas: tempo curto e cobrança por apuração de lavagem de dinheiro

Com o prazo no limite, a bancada do PT passou a cobrar que a CPMI avance sobre um flanco ainda pouco explorado: o possível

envolvimento de estruturas religiosas na circulação de recursos. Desde dezembro de 2025, parlamentares petistas afirmam que documentos indicariam um suposto esquema de lavagem de dinheiro envolvendo Fabiano Zetel — pastor ligado à Igreja Lagoinha — e recursos associados ao Banco Master (antigo Banco Máxima), com ramificações que atingiriam o financiamento de campanhas e o patrimônio da instituição.

As acusações listadas pelos parlamentares incluem a identificação de Zetel como operador financeiro ligado a Daniel Vorcaro (controlador do Banco Master), relatos de intimidação a adversários e pedidos de rastreamento de movimentações envolvendo empresas, fundações mineiras e uma entidade citada como “Clava Forte”. Zetel foi um dos doadores das campanhas de Tarcísio de Freitas e Jair Bolsonaro, além de desenvolver logística eleitoral com o uso de aeronaves em agendas do segundo turno de 2022.

O deputado Rogério Correia (PT/MG) defendeu enfaticamente a convocação e a quebra de sigilo de pastores ligados ao que chamou de “esquema do Banco Master”, com foco especial na figura de Fabiano Zetel.

Esse conjunto de suspeitas, porém, não avança devido ao fato de que o presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), não coloca em votação medidas como a quebra de sigilo e a convocação do pastor Zetel.

Com depoimentos suspensos e o prazo apertado, a comissão se aproxima do final, pressionada por duas tarefas simultâneas: consolidar o que já foi documentado sobre a rede de desvios e decidir se terá fôlego institucional — e tempo — para avançar nas conexões suspeitas, incluindo as que envolvem o sistema financeiro e o circuito político-religioso apontado por parlamentares governistas.



Centro de Memória da FPA reúne vasto material sobre a relação das mulheres com o PT

Repertório virtual organizado pelo CSBH possui uma série de publicações feitas pela ala feminina da legenda e está disponível para consulta e pesquisa no site da Fundação

Redação Focus Brasil

Desde a sua origem, em 1980, o Partido dos Trabalhadores tem se destacado pelas lutas em defesa da democracia e dos direitos da população. A legenda também é pioneira quando o assunto é inclusão e empoderamento das mulheres ao criar diversas medidas para ampliar a participação feminina nas pautas prioritárias do país.

Às vésperas de mais um Dia Internacional da Mulher, neste 8 de março, a Fundação Perseu Abramo, por meio do Centro de Documentação e Memória (CSBH), acaba de apresentar uma versão atualizada do Repertório Virtual

da Secretaria Nacional de Mulheres do PT. Este trabalho integra o projeto “Memória dos Setoriais” da sigla, lançado em julho de 2022. A iniciativa pesquisa, organiza, informatiza, digitaliza e divulga os acervos sob a custódia do CSBH/FPA.

Os Repertórios Virtuais constituem-se num importante instrumento de pesquisa destinado a pesquisadores e pesquisadoras, acadêmicos ou não, e ao público em geral. Além disso, o material apresenta, por meio de textos, cronologias, imagens e audiovisuais, um roteiro dos debates estabelecidos sobre a temática da luta das mulheres pela promoção da igualdade social no interior do PT, bem como nos movimentos sociais e na sociedade brasileira.

Torna público, também, uma

seleção de documentos que registram políticas públicas e ações legislativas aprovadas a partir dos anos 1980, com a redemocratização do Estado e a promulgação da Constituição de 1988. Importante ressaltar a publicização neste repertório de muitas das políticas implementadas durante os governos Lula e Dilma, entre 2003 e 2016.

Clique aqui para acessar o Repertório

Jornais

O CSBH também oferece ao público as versões digitalizadas de publicações feministas independentes como *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres*, dois dos principais jornais da chamada imprensa alternativa presentes no acervo.

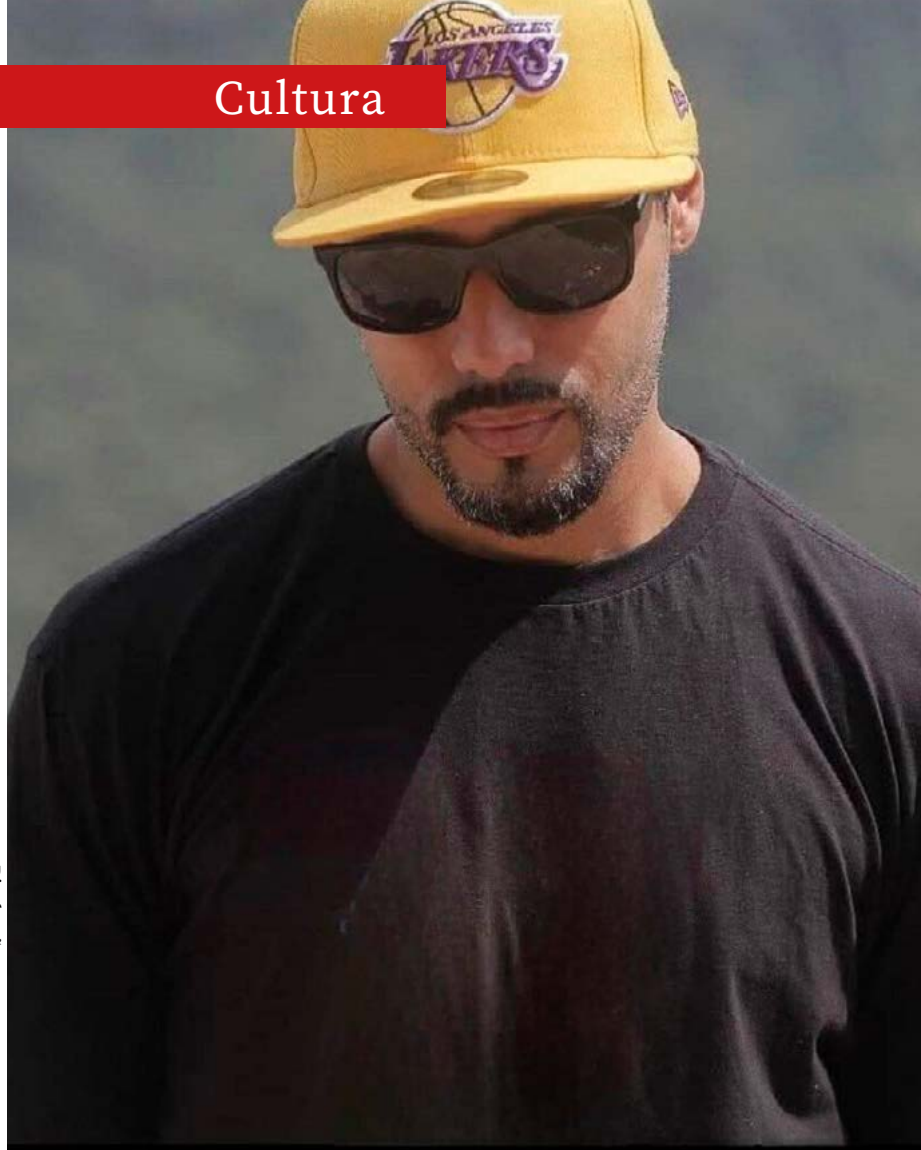
A imprensa alternativa foi um grande espaço de rearticulação da esquerda brasileira, somado à reorganização do movimento operário, com as grandes greves ocorridas principalmente a partir de 1978 e nos anos 1980, além da organização de movimentos sociais e de organizações de mulheres. As páginas destas publicações feministas constituem uma fonte importante e pouco explorada para compreender esse período e entender o papel das mulheres no restabelecimento do regime democrático.

Todo este acervo arquivístico está descrito no guia e os documentos iconográficos, assim como os periódicos citados, podem ser pesquisados em nossa base de dados. E na Revista Perseu “Dossiê mulheres: esquerdas, política e trabalho”.

Links diretos para acessar os conteúdos:

Acervo do jornal Brasil Mulher

Acervo do Jornal Nós Mulheres



Pablo Martins cria arte com materiais reciclados inspiradas na vida das periferias

Artista da Brasilândia transforma objetos descartados, como shapes de skate, em obras que combinam arte urbana, memória da cultura hip-hop e cenas do cotidiano periférico de São Paulo

Rose Silva

Do graffiti nas ruas da Brasilândia às telas produzidas com objetos reciclados, o artista visual Pablo Martins

construiu uma trajetória marcada pela arte urbana e pela vivência periférica. Nascido no bairro da Zona Norte de São Paulo, ele iniciou sua caminhada artística no final dos anos 1990, em produções ligadas à cultura hip-hop.

Ao longo de mais de duas décadas, ampliou sua linguagem com

pintura em tela e tatuagem, o que lhe permitiu dedicar-se integralmente à arte. Suas obras mesclam elementos da natureza com cenas observadas no cotidiano da cidade e incorporam materiais destinados ao descarte, transformando objetos comuns em composições que dialogam com a experiência urbana.

A infância e o graffiti

Inspirado pelos desenhos de sua mãe, nascida em Goiânia e com forte contato com culturas indígenas, Pablo começou ainda criança a reproduzir imagens de natureza e animais. As primeiras telas improvisadas eram as paredes da própria casa e, muitas vezes, o próprio corpo.

“Eu desenhava na casa toda, em livros, revistas, no corpo do meu finado pai, e fui me descobrindo. Tive uma infância muito boa, sempre recebi apoio familiar e mantive a liberdade de seguir fazendo arte. O grafite me proporcionou uma expansão maior de ver a arte nas paredes, na rua, algo bem urbano. Eu via muitos amigos fazendo e comecei a fazer junto”, lembra.

Após participar de um curso de pintura em tela, passou a produzir e vender suas obras na Praça da República e em outras praças da capital paulista. Também participou de feiras e exposições em centros culturais, consolidando-se como artista local. Entre suas experiências, realizou exposições no CEU Paz, em 2004, e integrou o espaço cultural ABC Palmares, em 2006, além de participar de diversas ações sociais e artísticas.

Paralelamente, ampliou sua vivência com técnicas de tatuagem e seguiu se apresentando como rapper, experiências que contribuíram para sua visão estética e sensibilidade artística.

“Eu estou vivendo disso. Para um artista independente é muito



valeroso e importante saber que está se encontrando e vivendo da própria arte”, afirma.

Arte urbana e reciclagem

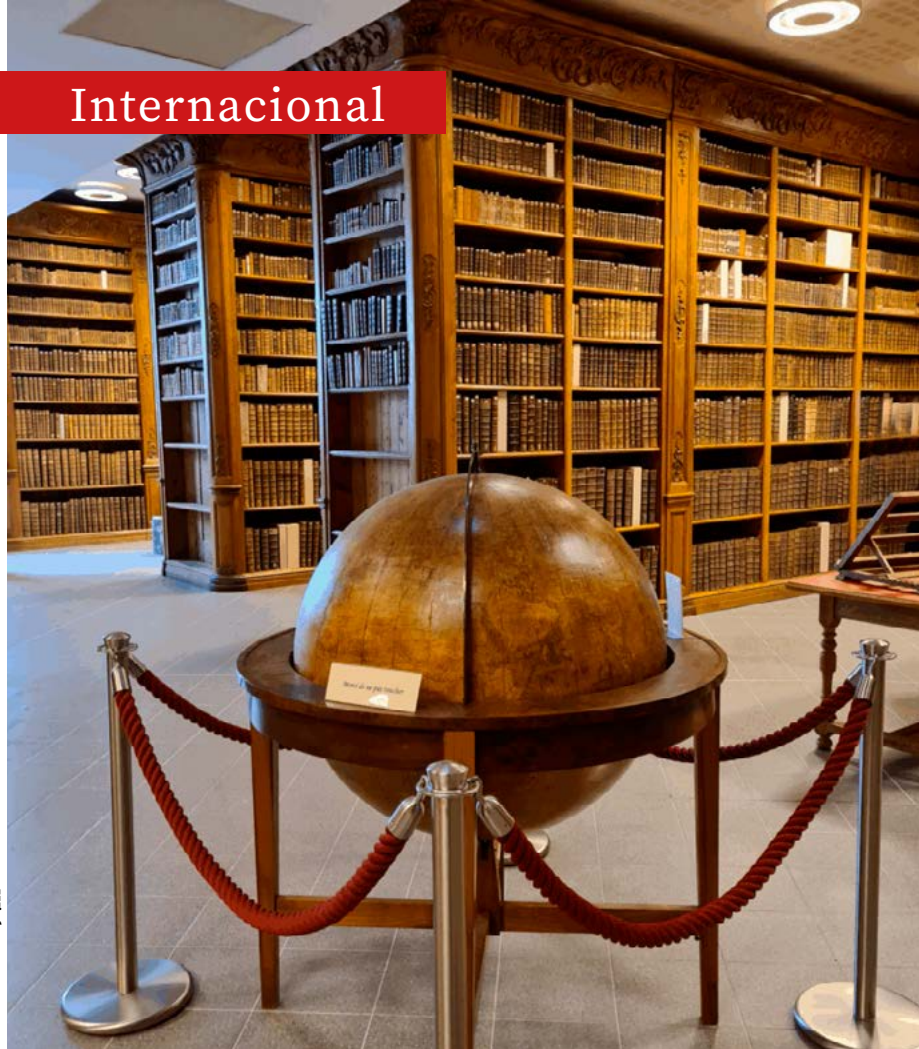
Em 2024, Pablo apresentou a exposição “Cultural e Urbana” na Fábrica de Cultura da Brasilândia. A mostra reuniu obras produzidas a partir da reciclagem de shapes de skate, nas quais incorpora acessórios e elementos que transformam cada peça em uma obra inédita, além de telas que retratam a realidade periférica. No mesmo ano, idealizou o projeto “Conhecendo Pintura em Tela”, voltado à realização de oficinas com crianças e famílias da comunidade.

“Foi no ano passado que eu comecei a ter a visão própria sobre identidade que eu buscava. Produzo minhas telas com acessórios de reciclagem, inspirado na visão periférica como algo que eu possa compartilhar e impactar, como uma forma de protesto, mas levo também uma visão positiva. Gosto de misturar elementos, criar a minha moldura. Tive a ideia de reaproveitar o shape de skate, que eu via muito jogado no centro da cidade. A partir da minha vivência na Galeria do Rock, incorporei os cabelos afro com turbante”, explica.

Em 2025, o artista expôs no Festival Cultural do Beco do Batman e firmou parcerias com lojas do centro de São Paulo, onde mantém suas obras. Atualmente desenvolve a intervenção “Arte & Rap”.

Sua obra “Entre Classes” foi apresentada na Casa do Graffiti e também na mostra do Dia da Consciência Negra realizada pelo Tendal da Lapa, espaços considerados importantes vitrines da arte urbana paulistana.





Wickcommons

Das raízes do nacionalismo ao enfrentamento global no Século XXI

Segundo o autor, para “compreender o papel fundamental do Irã na política internacional contemporânea, é imperativo abandonar leituras simplificadas que reduzem o país a um ‘regime radical’”

Pedro Henrichs

Para compreender o papel fundamental do Irã na política internacional contemporânea, é imperativo abandonar leituras simplificadas que reduzem o país a um “regime radical” ou a um ator meramente irracional. O Irã moderno é o resultado de uma sequência de eventos históricos pro-

fundamente traumáticos: golpes arquitetados externamente, revoluções internas de massa, guerras devastadoras e décadas de um isolamento econômico severo. A política iraniana atual não pode ser compreendida sem considerar essas experiências acumuladas ao longo de mais de setenta anos. Cada decisão estratégica tomada por Teerã carrega a memória viva de intervenções estrangeiras que moldaram a percepção de ameaça do Estado iraniano.

O golpe de 1953 e a soberania interrompida

O primeiro grande ponto de inflexão da história contemporânea iraniana ocorreu em agosto de 1953. O primeiro-ministro democraticamente eleito, Mohammad Mossadegh, foi derrubado por um golpe de Estado orquestrado pela CIA (Estados Unidos) e pelo MI6 (Reino Unido). Mossadegh havia tomado uma decisão soberana que, à época, foi considerada inaceitável pelas potências ocidentais: a nacionalização da indústria petrolífera iraniana, então sob o controle da Anglo-Iranian Oil Company.

Para Londres e Washington, este ato representava não apenas uma perda econômica, mas um precedente perigoso em plena Guerra Fria. A resposta foi a Operação Ajax. O golpe destituiu Mossadegh e consolidou o poder absoluto do Xá Mohammad Reza Pahlavi. Para muitos iranianos, 1953 marca o momento em que a democracia foi sacrificada em prol do petróleo e dos interesses geopolíticos ocidentais, alimentando um sentimento anti-imperialista que ecoa até hoje. Este trauma fundamentou a tese de que qualquer abertura democrática poderia ser manipulada por inteligências estrangeiras.

A Revolução de 1979 e o surgimento da República Islâmica

Após décadas de um governo autocrático e pró-ocidental do Xá, marcado por uma modernização acelerada e, muitas vezes, violenta através da polícia secreta (SAVAK), o descontentamento popular atingiu o ápice em 1979. A Revolução Iraniana não foi apenas um movimento religioso, mas uma coalizão ampla de islâmicos, esquerdistas e liberais unidos contra a tirania e a dependência

externa.

Com o retorno do Ayatollah Ruhollah Khomeini do exílio em Paris, o Irã transmutou-se de uma monarquia secular em uma República Islâmica. Este evento redefiniu o equilíbrio de poder no Oriente Médio. O país passou de principal aliado americano na região para seu maior adversário. A Crise dos Reféns (1979-1981), com o cerco à embaixada americana em Teerã, selou o rompimento diplomático total. A partir dali, o Irã não era apenas um país soberano, mas um símbolo de resistência à hegemonia ocidental, alterando para sempre a dinâmica do Golfo Pérsico.

A “Defesa Sagrada”: o impacto da Guerra Irã-Iraque

Apenas um ano após a revolução, em setembro de 1980, o Iraque de Saddam Hussein invadiu o Irã, aproveitando-se da aparente fragilidade institucional do novo regime. O que se seguiu foi uma das guerras mais longas e sangrentas do século XX, com cerca de um milhão de mortos e o uso extensivo de armas químicas contra iranianos.

Durante este conflito, o Irã viu-se isolado, enquanto o Iraque recebia apoio logístico e financeiro de diversas potências ocidentais e árabes. Esta experiência consolidou a mentalidade de “defesa sagrada” e a convicção de que o país só poderia contar consigo mesmo. A criação da Guarda Revolucionária (IRGC) e o desenvolvimento de uma indústria de defesa própria, focada em mísseis e drones, nasceram deste isolamento forçado. Para o Irã, a guerra não foi apenas um conflito de fronteira, mas um teste de sobrevivência para a própria Revolução.

A Era de Ali Khamenei e a profundidade estratégica

Após a morte de Khomeini em 1989, o cargo de Líder Supremo foi assumido por Ali Khamenei. Sob seu comando, o Irã desenvolveu a doutrina da “profundidade estratégica”. Incapaz de competir em gastos militares convencionais com os EUA ou Israel, Teerã passou a investir em uma rede de aliados regionais, o chamado “Eixo de Resistência”.

Isso inclui o apoio ao Hezbollah no Líbano, milícias no Iraque, o governo de Bashar al-Assad na Síria e os Houthis no Iêmen. Esta rede funciona como uma zona de dissuasão, permitindo ao Irã projetar poder e responder a ameaças longe de suas fronteiras. Paralelamente, o programa nuclear iraniano tornou-se o maior ponto de atrito global. Embora Teerã afirme que o programa possui fins civis, para o Ocidente e Israel, ele representa uma ameaça existencial. A retirada unilateral de Donald Trump do acordo nuclear (JCPOA) em 2018 intensificou a política de “pressão máxima”, empurrando o Irã para uma postura ainda mais defensiva e resiliente.

O impacto das sanções e a economia de resistência

Aprofundando a análise sobre o isolamento iraniano, é crucial observar como as sanções econômicas moldaram a vida cotidiana e a psique nacional. O que Washington denomina como “pressão máxima” traduz-se, no terreno, em uma asfixia financeira que atinge desde o acesso a medicamentos essenciais até a modernização da infraestrutura civil. No entanto, em vez de colapsar, o Estado iraniano desenvolveu o que chama de “Economia de Resistência”.

Este modelo busca a autossuficiência através da substituição de importações e do fortalecimento

de laços comerciais com potências que desafiam a hegemonia do dólar, como a China e a Rússia. O custo social, contudo, é imenso: a inflação persistente e a desvalorização da moeda corroem o poder de compra da classe média, criando uma tensão interna latente. Para o governo, no entanto, essas dificuldades são apresentadas como o preço necessário da independência nacional, uma narrativa que ressoa com a memória dos abusos da era do Xá e do golpe de 1953. Assim, a economia não é apenas uma questão de números, mas um campo de batalha ideológico onde a resiliência é testada diariamente.

O peso da história no tabuleiro de 2026

O Irã contemporâneo é o produto de uma história marcada pela resistência e pela adaptação ao cerco. O golpe de 1953 alimentou uma desconfiança profunda; a revolução de 1979 redefiniu a identidade política; e a guerra com o Iraque forjou a musculatura militar do país.

Ao chegar em 2026, com a morte de figuras centrais e a escalada de ataques diretos, o Irã enfrenta seu maior desafio desde a fundação da República Islâmica. Sem este contexto histórico, as ações iranianas correm o risco de serem interpretadas apenas como ideologia. Na verdade, elas são o resultado de um cálculo estratégico baseado na memória de um Estado que aprendeu que a soberania é mantida sob constante pressão. Compreender essa trajetória é o único caminho para qualquer análise séria sobre as tensões que hoje definem o destino do Oriente Médio.

Pedro Henrichs é mestrando em Relações Internacionais e Ciência Política no IDP, Gestor Público e CEO da Henrichs Consultoria. Atua como observador eleitoral há 15 anos em 26 países.



10/03/1953

300 mil vão às ruas contra a carestia

Operários da fábrica de tecidos Matarazzo decretaram a greve que será o estopim de um amplo movimento contra a inflação e por melhores salários, desafiando os governos estadual e federal. No dia seguinte, 1.200 operários do Lanifício Santista cruzam os braços.

A partir de então, o movimento grevista se alastrava por todo o estado de São Paulo, na famosa Greve dos 300 Mil.

A Marcha das Panelas Vazias seria realizada uma semana depois. Cerca de 60 mil trabalhadores partiram da praça da Sé em direção à sede do governo do estado, nos Campos Elísios, numa passeata que terminou em confronto com a polícia e a prisão de

centenas de pessoas. Uma semana depois, os tecelões decretaram greve, e a eles se juntariam trabalhadores dos bairros operários da Mooca, Brás, Belém e Ipiranga.

Os operários que participaram da Greve dos 300 Mil inauguraram um tipo de organização que se tornaria um modelo para o movimento sindical. A mobilização era vertical: começava pelos comitês de fábrica, era validada por assembleias e ganhava as ruas com passeatas, comícios e piquetes.

O movimento persistiu mesmo depois de a Delegacia Regional do Trabalho decretar sua ilegalidade e das ameaças do ministro do Trabalho, Segadas Viana, de enquadrar os grevistas na Lei de Segu-

rança Nacional.

O Tribunal Regional do Trabalho propôs aumento de 32% nos salários, mas os trabalhadores mantiveram a exigência de aumentos de 50% a 60%, enquanto os empresários não estavam dispostos a passar dos 20% de reajuste.

Cerca de um mês após o início do movimento, foi fechado um acordo com base na proposta do TRT, à qual se agregaram três novos itens: libertação dos presos, pagamento dos dias parados e suspensão das demissões.

Apesar do compromisso, as empresas demitiram milhares de trabalhadores depois do fim da greve.

Gana proclama sua independência

Kwame Nkrumah, chefe do governo da Costa do Ouro (colônia britânica), declara a independência de seu país, que passa a se chamar Gana e terá capital em Acra. É o fim de um longo processo que inclui revoltas, a formação de uma assembleia local amplamente favorável, prolongadas negociações com o Reino Unido e a unificação de diversos protetorados.

A vitória dos Aliados havia alimentado as esperanças dos nacionalistas de diversas colônias europeias na África. A doutrina do nazifascismo era contrária à autonomia dos povos do continente; por outro lado, o Reino Unido e os Estados Unidos haviam assinado, em 1941, a Carta do Atlântico, que reconhecia o direito de autodeterminação dos povos como um dos princípios básicos das relações internacionais.

Após a guerra, os britânicos introduziram algumas reformas que aumentaram a autonomia da colônia, como a possibilidade de eleger uma Assembleia Legislativa local, como forma de inibir os reclamos de independência. Essas mudanças limitadas, porém, não satisfizeram as aspirações locais. Em 1948, uma revolta anti colonialista deixou dezenas de mortos e centenas de feridos no sul da Costa do Ouro.

Pressionado, o Reino Unido apresentou uma proposta de autonomia gradual, que foi aceita por todos os líderes nacionalistas, exceto Nkrumah, que passou a defender a independência imediata do país e a promover, inspirado em Mahatma Gandhi, atos de desobediência civil. Nkrumah dizia

que “a liberdade não é algo que um povo pode conceder a outro: ela é reivindicada por um povo e nenhum outro pode tirá-la”.

Nkrumah foi preso pelos britânicos em 1951, mas isso só contribuiu para torná-lo ainda mais popular. Seu partido, a Convenção do Partido Popular, acabou preenchendo 34 das 38 cadeiras da Assembleia Legislativa. A partir daí, o Ministério das Colônias do Reino Unido teve de ceder: o novo governador britânico enviado para a Costa do Ouro abriu negociações com Nkrumah para a construção de um governo que possibilitasse o fim do regime colonial.

Assim, em março de 1957, a Costa do Ouro se tornou o primeiro país da África Ocidental a conquistar a independência e o primeiro da África Subsaariana após a Segunda Guerra. Deixou o Reino da Comunidade de Nações Britânicas e foi rebatizado como Gana, numa referência ao antigo reino que ocupou a região entre os séculos 10 e 15. Três anos depois, adotaria o nome definitivo de República de Gana.

Após a independência, Kwame Nkrumah tomou posse como primeiro-ministro. Pan-africanista, ele tentou formar uma união de Estados africanos. A proposta, nunca se concretizou, mas a Conferência dos Povos Africanos, realizada em 1958 na cidade de Acra, foi um importante momento para a articulação das forças políticas pró-independência das diferentes regiões do continente. Nos oito anos seguintes, trinta novos países surgiram no mapa africano.

Teatros fazem greve contra a censura

Profissionais de teatro, cinema, escritores, arquitetos e artistas plásticos concentram-se com faixas e cartazes nas escadarias do Theatro Municipal do Rio de Janeiro em protesto contra a censura imposta pelo governo. A classe teatral entrou em greve de 72 horas no Rio e em São Paulo. O público reagiu favoravelmente, assinando as listas de solidariedade que circularam durante a concentração.

Durante o ato, representantes de entidades culturais denunciaram a proibição de espetáculos, os cortes determinados pela censura prévia e a pressão exercida sobre companhias e produtores. Os discursos destacaram que a intervenção do estado comprometia não apenas a liberdade de expressão, mas também a sobrevivência econômica do setor artístico.

A mobilização fez parte de uma série de manifestações culturais registradas naquele ano, marcado pelo endurecimento do regime. Ao final, os organizadores anunciaram a realização de novas assembleias para avaliar os rumos do movimento e reforçaram a intenção da categoria em manter a articulação nacional contra as restrições impostas às artes no Brasil.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE



Centro de
Documentação e
Memória Política
Sérgio Buarque
de Holanda